

**ECAS – Leiden (11<sup>Th</sup> – 14<sup>Th</sup> July, 2007)**

**Author: RAMOS, Maria da Luz**

**Title: Women’s empowerment in Cape Vert: the role of education.**

**Panel: Education and Social Change in Eastern and Southern Africa**

**Title in Portuguese:**

*O Papel da Educação como Factor de “Empowerment” das Mulheres em Cabo Verde.*

## **INTRODUÇÃO**

O arquipélago de Cabo Verde, situado na costa africana, foi descoberto em 1462 tendo estado sob administração de Portugal até 1975, altura em que ascendeu à independência. Para além dos lusitanos que aí se instalaram, e alguma gente oriunda de outros países da Europa, o povoamento das nove ilhas fez-se, paulatinamente, com escravos provenientes da costa africana. Cedo se revelou uma tendência para a miscigenação donde resultou uma população e uma cultura crioula de matriz europeia e africana. As condicionantes climatéricas, nomeadamente a escassez das chuvas, a insularidade, o isolamento e os fracos recursos naturais, sempre constituíram entraves ao desenvolvimento das ilhas. Não fosse a sua posição geoestratégica, enquanto entreposto comercial de escravos, numa primeira fase, e como zona para abastecimento de embarcações, após o final do tráfico negreiro, o arquipélago poderia não ter suscitado qualquer interesse. No entanto, acabaria por ser a educação, um dos elementos mais fortes do seu desenvolvimento, devidamente aproveitado pela administração portuguesa que, no início do século XX, começou a colocar cabo-verdianos letrados nos serviços públicos das restantes colónias. Aliás, à data da independência das ilhas, 5 de Julho de 1975, Cabo Verde, para além da inexistência de uma luta armada, destacava-se das demais colónias pelo facto de ter uma população mais instruída. Mesmo assim, o analfabetismo rondava os 75%. Nessa altura, o Estado emergente, alicerçado num governo de partido único estabeleceu a “Educação” como uma das suas prioridades.

Alguns estudos têm demonstrado que essa democratização do ensino e a política de formação de quadros superiores foi desenvolvida de modo a que todos os cabo-verdianos pudessem ter possibilidade de adquirir instrução (Cfr. Furtado, 1997, ), (Cfr. Afonso, 2000), (Cfr. Tolentino, 2007). Embora a prática não tenha sido tão simplista

como, por vezes, se tenta fazer crer, a verdade é que o modo como a Educação influenciou a população daquele país distancia-se da maioria dos Estados da África subsahariana. Assim sendo, não foram somente os homens com origem social favorecida a alcançar formação de nível superior; de facto, houve muitos jovens filhos de trabalhadores rurais, tanto do género masculino, como feminino que deixaram as ilhas para ingressarem em Universidades no estrangeiro, dada a inexistência de escolas de ensino superior no país. A pesquisa desenvolvida por Cláudio Furtado<sup>1</sup>, em 1997, sobre a elite governante constituída a seguir à independência, demonstrou que 55,5% eram filhos de trabalhadores rurais e agricultores e somente 10,5% tinham pais proprietários de terras. Quanto à profissão das mães, mantém-se a origem social baixa, já que 49,4% eram donas de casa. Note-se que 76,6% dos inquiridos nessa investigação possuía formação superior. São dados que atestam uma mobilidade intergeracional contribuindo de forma clara para alteração da estratificação social no arquipélago .

É, pois, indiscutível a importância que a educação tem tido na História de Cabo Verde. Pode mesmo dizer-se que foi através da implementação do ensino nas ilhas que surgiram os primeiros esboços da constituição de uma elite intelectual, cujo padrão de recrutamento assentava na formação escolar. Neste sentido, algumas mulheres conseguiram alcançar posições de relevo nos domínios da administração pública, nem sempre comparável a outros países africanos. Mesmo assim, continuam a constituir um grupo altamente vulnerável, com elevada taxa de desemprego e fecundidade e fortes carências ao nível da subsistência. Neste artigo, pretendemos demonstrar como a educação tem contribuído para a ascensão social da mulher em Cabo Verde que, desse modo, assume um papel relevante nas dinâmicas de desenvolvimento do arquipélago.

## **1. Situação Actual das Mulheres Cabo-verdianas**

Os registo demográficos mais recentes, mostram que Cabo Verde possui uma estrutura etária bastante jovem já que 74,9% dos residentes tem menos de 34 anos e mais de metade são mulheres, ou seja 53% é do género feminino. Os dados do Censo de 2005 e das estatísticas recolhidas 5 anos depois dão a conhecer um país com um número

---

<sup>1</sup> A investigação incluiu a aplicação de um inquérito por questionário a 137 membros do Parlamento, do Governo e dos Partidos Políticos em Cabo Verde (FURTADO, 1997).

considerável de mulheres jovens, com vários filhos e chefes de família, muitas delas sem emprego. Não se trata, efectivamente, do melhor dos retratos, sobretudo atendendo ao facto de a população feminina ser a mais afectada pela pobreza. Para além destes aspectos, é de notar que a sociedade continua a ver a mulher com um estatuto inferior ao do homem. Atendendo aos diversos problemas que elas têm de enfrentar – nomeadamente, a pobreza-, é indiscutível a sua vulnerabilidade, mesmo quando alcançam uma posição social que permite a sua auto-suficiência, espera-se que a mulher se case, tenha filhos e seja orientada para a família, isto é, o seu papel social pressupõe uma certa submissão ao poder masculino.

No que concerne ao desemprego, as mulheres são mais afectadas do que os homens por aquele fenómeno, não só devido à sua baixa qualificação, mas também pelo facto de terem menos possibilidades de gerar auto-emprego, um dos aspectos que mais tem contribuído para a redução do número de indivíduos fora do mercado laboral. Como se vê na figura 1, registou-se um aumento significativo do desemprego entre as pessoas do género masculino que, entre 2000 e 2005 duplicou. Note-se, todavia, que já no Censo de 2000, a taxa de desemprego entre as mulheres era mais de duas vezes superior à dos homens. Tal demonstra a dificuldade que a mulher cabo-verdiana tem em ingressar no mercado de trabalho.

*Figura nº 1 – Taxa de Desemprego da População com 15 anos ou mais (%)*

<b>Taxa de Desemprego</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>
Geral	17,3	24,4
Homens	10,9	21,8
Mulheres	23,7	27,2
Meio Urbano	18,6	28,2
Meio Rural	15,6	19,5
População 15-24 anos	29,7	41,0

Fonte: INE – Censo 2000 / IEFPP

No nosso entender, a taxa de desemprego das mulheres não sofreu um aumento idêntico ao dos homens graças a uma maior qualificação profissional e, também, uma certa

preferência pelos seus labores, no domínio do turismo, um sector-chave da economia do país.

Igualmente relevante, enquanto forma de ultrapassar o problema da falta de trabalho é, sem dúvida o comércio informal desenvolvido pelas mulheres. Trata-se de uma actividade que ocorre em todas as ilhas, assumindo características específicas na cidade da Praia, capital do arquipélago. Denominadas “rabidantes”, aquelas mulheres compram produtos de diversa natureza, de baixa qualidade e valor e vendem-nos depois pelas ruas da cidade. Numa investigação levada a cabo por Marzia Grassi, em 2003, ela concluiu que a maioria delas são solteiras, com uma média de idades de cerca de 30 anos e “(...) um fraco nível de escolaridade que, como é óbvio, condiciona a sua actividade comercial e limita, sobremaneira, o seu horizonte e visão, transformando-o num grupo caracterizado, fundamentalmente, pelo imediatismo e, de certo modo, pelo lucro fácil (...)” (Grazi, 2003, p.189). Este exemplo representa uma estratégia de sobrevivência encontrada por aqueles mulheres que, não raras vezes, são chefes de agregados numerosos com vários filhos a seu cargo para sustentar. Na sua maioria, não tem ambições para além de conseguirem providenciar a satisfação das necessidades mais básicas, ou seja, a sua actividade “económica” apenas produza efeitos paliativos que, não deixam de ser relevantes para ultrapassar os constrangimentos originados pela pobreza, por exemplo, ao nível da mera subsistência alimentar. Para além das vendedoras ambulantes, existe um outro tipo de comércio informal ligado a produtos alimentares preparados em casa e que, em alguns casos, também são vendidos na rua.

Voltando às questões de emprego, os dados recolhidos pelo INE em 2005, revelam que, em quase todos os níveis de formação escolar, as mulheres têm maior dificuldade em aceder a uma actividade laboral (figura nº 2). A única excepção situa-se ao nível dos Cursos Médios, o que, no nosso entender, se explica pelo facto da maior parte das mulheres com aquele grau de formação estar colocada na administração pública<sup>2</sup>, um sector bastante conservador com fraca mobilidade e, simultaneamente, com uma segurança no emprego bastante consistente. Ora, tendo em conta as dificuldades de incursão no mercado laboral, os indivíduos do género feminino tendem a preservar mais

---

<sup>2</sup> É o caso, sobretudo, das docentes dos níveis mais baixos de ensino, onde as mulheres são em número superior ao dos homens. Por exemplo, em 1996, eram cerca de 60% (Cfr. Salústio, 1996).

os seus empregos, arriscando pouco os investimentos profissionais no sector privado. Parece-nos, pois que, um maior inconformismo dos homens e os desejos de progredirem na carreira afasta-os mais dos serviços público do que as mulheres, pois, estas preferem garantir um emprego no Estado que até aos primeiros anos do novo milénio era um dos principais empregadores do país.

*Figura nº 2 – Relação entre o Nível de Instrução e a Taxa de Desemprego em Cabo Verde 2005 (segundo o género)<sup>3</sup>*

<b>Nível Instrução</b>	<b>Género</b>	<b>Tx de Desemprego</b>
EBI	Mas.	21,2
	Fem.	26,3
	Total	23,5
SECUNDÁRIO	Mas.	26,3
	Fem.	39,9
	Total	32,6
C. MÉDIO	Mas.	17,3
	Fem.	8,2
	Total	13
C. SUPERIOR	Mas.	11,4
	Fem.	15,4
	Total	13

Legenda: EBI – Ensino Básico Integrado;

C. Médio – Curso Médio;

C. Superior – Curso Superior.

<sup>3</sup> Instituto Nacional de Estatística – Inquérito ao Emprego – 2005, [www.ine.cv](http://www.ine.cv)

Uma das áreas de penetração das mulheres, em termos de emprego, é a administração pública, no entanto, há uma tendência para ocuparem os cargos mais baixos, mesmo tratando-se de posições de chefia. Num estudo exploratório que realizámos, em 2002 na ilha de São Vicente - a segunda mais importante do arquipélago – constatámos que a elite burocrática tinha um número considerável de indivíduos do género feminino, no entanto, os cargos ocupados correspondiam a “chefias intermédias”, sendo mais frequente os homens terem posições mais elevadas.

O estudo em questão revelou, ainda, uma taxa de feminização de 40,6%, o que significa um distanciamento de 18,8% entre os dois géneros (Figura nº3).

*Figura nº 3 – Distribuição dos dirigentes pelo género*

		<b>Género</b>			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	19	59,4	59,4	59,4
	Feminino	13	40,6	40,6	100,0
	Total	32	100,0	100,0	

Dada a dimensão reduzida da amostra utilizada, a correlação entre as variáveis “género” e “cargo que ocupa” (Figura nº 4) não é estatisticamente significativa, visto que os respondentes são maioritariamente “Directores de Serviço”, independentemente do género. Todavia, é de notar que as posições mais elevadas, como “Director-Geral” e “Inspector-Geral” são ocupadas por indivíduos do género masculino. Em São Vicente, apenas o Instituto Nacional de Desenvolvimento e Pescas é uma estrutura descentralizada, enquanto os outros dois Institutos, cujos presidentes responderam ao inquérito por questionário, correspondem a serviços desconcentrados, pelo que a sua gestão/direcção é feita nos mesmos termos que as “chefias intermédias”.

*Figura nº 4 – Correlação entre o Género e o cargo ocupado pelos dirigentes*

**Género \* Cargo que ocupa**

Count		Cargo que ocupa					Total
		Director -geral	Inspector -geral	Presidente de Instituto Público	Director de Serviço	Outro	
Sexo	Masculino	2	3	1	12	1	19
	Feminino	0	0	2	11	0	13
Total		2	3	3	23	1	32

As dificuldades das mulheres conseguirem aceder a um emprego atira-as para a situação de pobreza extrema, com reflexos, por exemplo, ao nível da adopção de comportamentos desviantes como sejam a prostituição, o alcoolismo e a toxicoddependência, este último, em crescimento no país. O cenário é comum a vários países africanos, onde a população feminina é a que mais sofre com o analfabetismo, os conflitos armados, as doenças, calamidades e fome. Todos esses aspectos inibem a sua participação política e cívica, dado que as necessidades básicas não são convenientemente satisfeitas. Assim sendo, o seu peso político acaba por ser inferior ao do homem, apesar de também terem direito de voto, mas esta não é, de longe, a única forma de participação política. Na prática, elas têm uma intervenção reduzida na vida pública e ocupam poucos lugares de decisão..

## **2. O “Empowerment” das Mulheres Cabo-verdianas**

Partindo da ideia de “empowerment” enquanto “desenvolvimento participativo”, ou seja a possibilidade de haver um acréscimo do poder por parte dos mais desfavorecidos, tendo em vista uma intervenção cívica mais profícua, é possível apresentar alguns factores que contribuiriam para um reposicionamento da mulher na sociedade cabo-verdiana (Friedman, 1996, p. viii), tornado-a mais interventiva.

Não fugindo à estrutura patriarcal, o tecido social do arquipélago mantém toda uma organização em torno de uma divisão de papéis que passa pela ideia de funções

instrumentais atribuídas aos homens, enquanto às mulheres caberia uma função mais emocional. Contudo, a chefia de muitos lares nas ilhas, está nas mãos das mulheres, situação que, em muitos casos, atira-as para um ciclo inexorável de pobreza. Têm vários filhos de homens que as maltrataram do ponto de vista físico e psicológico, abandonando-as com a sua prole, sem lhes conceder qualquer tipo de apoio financeiro destinado às crianças. Nestes casos, entram em funcionamento os processos e as redes de solidariedade graças aos quais conseguem sustentar os filhos, enviá-los para a escola e dar-lhes um tecto. No entanto, existem muitas mulheres que sentem inúmeras dificuldades para ultrapassar as questões de sobrevivência, recorrendo, por vezes, à mendicidade e à prostituição.

Aparte a situação de pobreza descrita anteriormente, na qual a mulher cabo-verdiana é, amiudamente, protagonista, existem outros casos em que ela ganha um lugar de destaque mas por razões diferentes, tornando-se um elemento activo no processo de desenvolvimento das ilhas. Trata-se, pois, da emigração<sup>4</sup> enquanto impulsionador de fortes dinâmicas sociais no arquipélago, as quais envolvem a população do género feminino através da sua ascensão vertical na estrutura hierárquica, embora tenha existido uma maior tendência para os homens deixarem as ilhas. Quando os companheiros partem, elas ficam com a gestão do lar a seu cargo, bem como o processo de socialização dos seus filhos. Este último aspecto não é, de todo, despreciando se atendermos à influência que as mães têm sobre essas crianças com fraca ligação afectiva à figura paternal devido ao fosso geográfico. Apesar disso, o homem tenta manter a sua autoridade através de uma gestão familiar à distância, tomando certas decisões consideradas importantes e com relevo para a vida futura, como sejam, a educação escolar dos jovens ou determinadas opções de carácter económico.

Quando a mulher se transforma numa emigrante ela conquista poder social, no sentido conferido ao “empowerment”, ou seja, passa a ter um papel importante e reconhecido na determinação do percurso da família com reflexos na sociedade. Foi sobretudo a partir da década de 1970 que se iniciaram os fluxos migratórios envolvendo jovens cabo-

---

<sup>4</sup> O arquipélago de Cabo Verde tem uma longa tradição migratória, cujos primeiros vestígios remontam ao século XVII, ainda antes da abolição total da escravatura. Desde, então, o país tem visto partir os seus cidadãos que procuram ultrapassar as dificuldades ligadas às secas prolongadas e consequentes períodos de fome. Os primeiros fluxos migratórios tiveram os Estados Unidos como destino, bem como o Brasil, depois a Europa entrou no circuito. Não se sabe ao certo quantos cabo-verdianos existem na diáspora, mas sabe-se que são mais do que os cerca de 435 mil que residem nas ilhas.



verdianas que se dirigiram para países como Itália e Portugal onde se transformaram em empregadas domésticas de famílias endinheiradas. Movendo-se em ambientes da alta burguesia europeia, elas adquiriram conhecimentos de lides domésticas sofisticadas e de culinária requintada que, mais tarde se revelariam de grande importância para aquelas que ao regressarem ao arquipélago, criaram o seu próprio negócio de restauração.

Como se disse, essa emigração feminina, originou um reposicionamento da mulher nas estruturas de poder social. São várias as causas explicativas desse fenómeno:

- a) o aumento dos seus rendimentos conduz a uma redefinição dos padrões de consumo; efectivamente, as mulheres passam a adquirir bens de consumo que, até meados da década de 1980 eram exclusivos do domínio masculino; é o caso de terrenos, casas, electrodomésticos ou telemóveis que, segundo o sociólogo César Augusto Monteiro, são considerados símbolos de *status* social (Cfr. Monteiro, 2003).
- b) a opção de procurar melhores condições de vida fora do país é sempre visto como algo arrojado que envolve uma certa coragem, por isso, as mulheres que se aventuram na emigração são bem vistas, não só pela comunidade, como também pela própria família que, tendo uma ideia muito vaga dos sacrifícios a que se sujeitam, desenvolvem expectativas em torno de alguns benefícios que possam vir a receber;
- c) o contacto com povos, aparentemente, mais evoluídos é visto como algo que torna a mulher emigrante mais experiente e mais “esclarecida”, como por lá se diz, conquistando um papel, quase tão importante como o homem, de conselheira em situações de crise ou de tomada de decisões;

Graças, à emigração, a mulher cabo-verdiana tem visto crescer o seu poder social, desenvolvendo uma capacidade interventiva na sociedade civil – mesmo que discretamente – e contribuindo para o crescimento económico através das remessas de capitais enviadas para o arquipélago, muitas vezes destinadas ao sustento dos seus filhos e até de outros elementos da família alargada. Entendemos, no entanto, que a educação é o factor que mais tem contribuído para o “empowerment” das mulheres de Cabo Verde, como se verá de seguida.

## 2.1. O Papel da Educação

A educação foi cedo reconhecida como um elemento fundamental para a evolução de Cabo Verde, tendo surgido no âmbito da cristianização dos escravos por via dos missionários portugueses, ainda no século XVI. A inexistência de condições para o desenvolvimento da agricultura, bem como a falta de recursos naturais acabariam por funcionar como impulsionadores dessa vocação escolar evidenciada por aqueles ilhéus. Efectivamente, como disse Henrique Teixeira de Sousa “A pobreza das ilhas (...) contribuiu imenso para a riqueza humana de Cabo Verde” (Sousa, 1992, p.41).

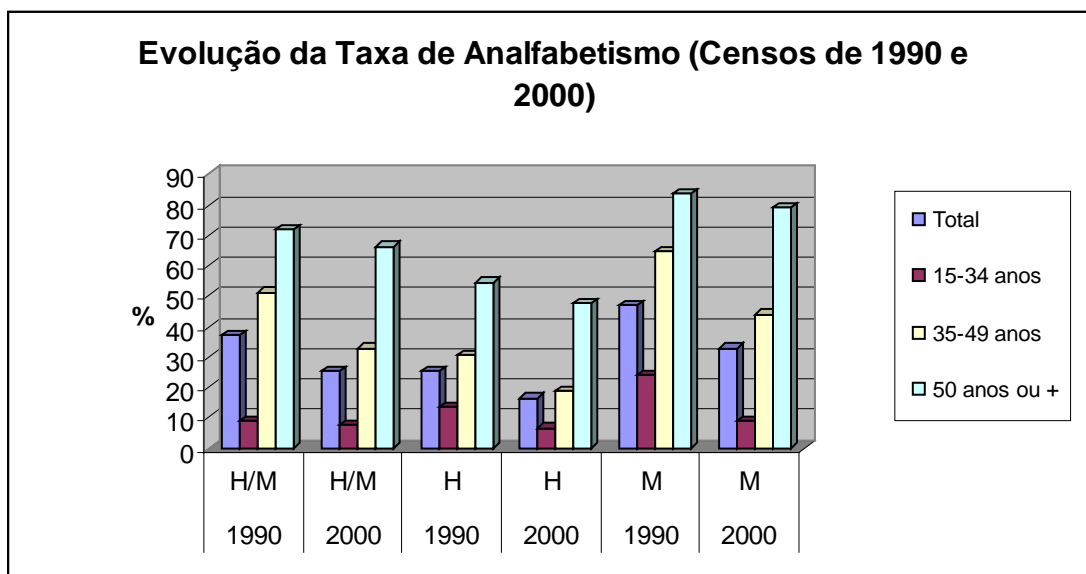
No arquipélago, tal nas outras colónias, as escolas só foram instituídas a partir do século XIX, mas cedo originaram um forte entusiasmo. Em 1846 houve uma primeira tentativa para se criar o ensino secundário, no entanto, apenas a partir de 1892 é que os jovens puderam ter acesso a uma educação que ia para além da aquisição de conhecimento de nível básico, quando começou a funcionar o Seminário-Liceu na ilha de São Nicolau. Neste estabelecimento de ensino formou-se uma primeira geração de funcionários públicos que foi desempenhar funções nos serviços da administração portuguesa, nas ilhas e nas outras colónias. Foi assim que se começou a formar uma elite intelectual cabo-verdiana, cujo prestígio não resultava da propriedade de terras, mas sim de saber técnico e um nível de conhecimentos acima da restante população.

Quando em 1917 o Liceu Infante D. Henrique abriu as suas portas em São Vicente para substituir o Seminário-Liceu de São Nicolau, entretanto extinto, a importância da educação enquanto instrumento de mobilidade social ascendente tornou-se ainda mais evidente. É certo que não se tratava de uma escola acessível a todos, pois o próprio sistema de ensino não havia criado condições para que tal acontecesse, não obstante, destacava-se dos Liceus das demais províncias ultramarinas portuguesas onde, quase exclusivamente, os filhos dos colonos, dos funcionários e dos militares portugueses constituíam o corpo discente, ou seja, a maior parte dos estudantes encontrava-se entre a população branca. A situação era de tal ordem diferente que “(...) apenas nove anos após a sua inauguração, no ano lectivo de 1926-27, o Liceu contava com 178 alunos, sendo 31 de raça branca e 147 mista” (Lopes Filho, 1996, p. 410). Uma das outras novidades introduzida foi o acesso das mulheres ao ensino secundário, o qual não era possível no Seminário-Liceu de São Nicolau. De facto, desde o início, o Liceu Infante D. Henrique

recebeu algumas alunas e mais tarde também passou a incluir professoras no seu corpo docente. Tratando-se de jovens oriundas de meio familiar com capacidade financeira elevada, não raras vezes tiveram possibilidade de irem para Portugal com o intuito de tirar um curso superior, especialmente em áreas como Literatura ou História.

Aparte todas as dificuldades inerentes aos sistemas de ensino, Cabo Verde apresenta indicadores de educação acima da média dos países africanos, aproximando-se, até, dos países industrializados, com 95% de raparigas e 96% rapazes a frequentarem a escolaridade básica obrigatória. A redução da taxa de analfabetismo tem sido bastante notória (figura nº 2), situando-se actualmente nos 16,5%, segundo os dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, em 2005. Na comparação entre o Censo de 1990 e o de 2000, constata-se uma redução significativa do analfabetismo das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos, bem como entre os 35 e os 49 anos, como resultado de uma intensa sensibilização para a importância da educação. Note-se que no período em questão, a redução foi de 24,1% para 8,7%, enquanto que nos homens dos 15 aos 34 anos a diminuição da taxa de analfabetismo passou de 13,3% para 6,5%.

*Figura nº 2 – Evolução da taxa de Analfabetismo em Cabo Verde (Censos de 1990 e de 2000)*



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento Geral da População de 1990 e 2000).

No lado oposto do processo educativo, encontramos o ensino superior cujo maior entrave prende-se com a inexistência de uma Universidade Pública no país<sup>5</sup>. Habitados a assistir à partida de alguns dos seus familiares para o estrangeiro, em busca de melhores condições de vida, os estudantes não se coibiram de se aventurarem em países distantes para aceder a uma formação académica superior. Logo a seguir à independência de 1975, o Governo incutia nos estudantes a ideia de que essa decisão não tinha em vista apenas os interesses pessoais, mas sim, mas também o desenvolvimento do país. Imbuídos desse espírito, rapazes e algumas raparigas rumavam aos países da antiga Europa de Leste e também a Cuba para voltarem com um diploma de curso superior. Durante o tempo fora do arquipélago não adquiriam somente formação técnica, a experiência de vida moldava a sua personalidade e obrigava-os a adquirirem uma certa maturidade para lidar com as agruras resultantes da sua integração num contexto cultural, social e, até, climatérico hostil. Uma vez regressados, eram admitidos de imediato na administração pública como técnicos superiores ou como chefias, sem terem qualquer experiência laboral, mas dotados de conhecimentos teóricos e uma formação acima dos restantes trabalhadores. Progressivamente foram engrossando a burguesia administrativa e letrada que não se extinguiu após a independência conforme imaginava e defendia Amílcar Cabral, o mentor do processo de luta de libertação da Cabo Verde da administração colonial (Cfr. SILVEIRA, 1998).

A falta de “quadros superiores” nas estruturas estatais acabaria por contribuir para uma ascensão social das mulheres, feita de forma discreta, mas com importantes consequências ao nível das suas acções, como resultado de um aumento da sua capacidade de decidir, de participar e de escolher, ou seja, o seu “empowerment”. Neste sentido, têm um *acesso à informação* a partir da qual poderão tirar vantagens, exercer os seus direitos, responsabilizar os governantes, com resultados globais e não meramente

---

<sup>5</sup> A criação oficial da Universidade de Cabo Verde foi formalizada através da resolução número 53/2000 de 24 de Agosto, no entanto, a Comissão Instaladora apenas tomou posse no dia 28 de Julho de 2004, dado que os processos eleitorais e alguma hesitação na definição desse grupo originaram um forte atraso no seu arranque. O primeiro ano lectivo irá funcionar em 2007-2008. De referir que, na sequência do aumento da procura de uma formação de nível superior, surgiram em Cabo Verde, algumas instituições privada para dar resposta às aspirações dos jovens, designadamente o Instituto Superior de Educação, criado em 1995, o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, inaugurado em 1998 tal como o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais. Depois de 2000 emergiram outros estabelecimento de ensino médio e superior privados como alternativa à redução das bolsas de estudo concedidas aos estudantes para irem para o estrangeiro.

individuais. Também o seu *nível de intervenção* é mais elevado e consistente, traduzido quer num maior interesse pelas questões políticas, como sociais e até económicas. É certo que ao nível partidário, os homens continuam a ter o monopólio da participação, mas as mulheres evidenciam forte interesse e espírito de colaboração em associações, designadamente, de solidariedade social. É através deste tipo de intervenção na sociedade civil que as mulheres cabo-verdianas vão marcando as suas posições, contribuindo para o processo de tomada de decisões, por parte dos governantes. Neste caso, é de salientar as actividades desenvolvidas por grupos e comunidades locais lideradas por mulheres que, graças à sua *organização e mobilização*, fazem eco de alguns problemas que atingem em particular os indivíduos do género feminino como é o caso da violência doméstica, a pobreza e o desemprego.

Embora não se tratando de fenómeno singular no contexto africano, em Cabo Verde, existem algumas mulheres com posições de destaque na vida política do país, conquistadas graças à formação escolar adquirida. Não se tratam de recompensas por qualquer apoio na luta pela independência, como se verifica em certos Estados do grande continente e até no arquipélago, mas antes, o resultado de um percurso profissional que começou exactamente com o acesso a funções de chefia na administração pública, de onde emerge a maior parte dos membros das elites do arquipélago. Note-se, por exemplo que, actualmente uma das maiores e mais emblemáticas Câmaras Municipais do país (São Vicente) tem uma mulher como presidente. Ao nível do Governo, pastas tradicionalmente atribuídas aos homens, nomeadamente no mundo ocidental, estão nas mãos de elementos do género feminino; são os casos do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros, da Reforma do Estado e Defesa Nacional, bem como o Ministério das Finanças e da Administração Pública e, ainda, o Ministério do Ambiente e da Agricultura. Tratando-se de um país com poucos quadros superiores por ocasião da independência, e nos anos que se seguiram, assim que os recém-licenciados regressavam ao arquipélago após a sua formação, eram integrados de imediato nos serviços públicos, quase sempre, como funções ligadas a processos de tomada de decisões. E, assim sendo, as mulheres não ficavam de fora, visto tratar-se de uma necessidade para o próprio desenvolvimento do país. Com o tempo, foram conquistando experiência e enriquecendo o seu currículo. Daí até alcançaram posições de topo na administração do Estado, foi apenas um simples passo.

### **3. Considerações Finais**

O “empowerment” das mulheres em Cabo Verde, impulsionado pela Educação, tem sido muito relevante, dado que, a valorização dos recursos humanos é vista como uma vantagem competitiva que contribui para a produtividade nacional. Nesse caso, o desafio jamais seria conquistado se elas ficassem de fora e, a verdade, é que os dados revelam índices de crescimento do arquipélago bastante satisfatórios e, até, exemplares, se atendermos ao facto de ser um país vulnerável em termos ecológicos, geográficos, demográficos e económicos e altamente dependente do exterior.

A natureza patriarcal e a estrutura masculina da sociedade cabo-verdiana contribui para a definição de um estatuto da mulher que está longe de ser igual ao do homem. Mesmo quando alcançam posições de topo, subsiste a falta de reconhecimento da sua autoridade e, até, do seu poder. Existem conflitos e algumas dificuldades no exercício de funções de chefia, sobretudo quando parte dos subordinados pertence ao género masculino, não sendo raras as situações de ameaça física e psicológica. Quando as mulheres estão sujeitas a hierarquias superiores, são bastante frequentes as situações de assédio sexual que as próprias receiam denunciar. Quer isto dizer que existe um enraizamento bastante profundo nos princípios dicotómicos de organização da sociedade na qual as decisões eram tomadas pelos homens. Todavia, as estruturas de poder já permitem o acesso de algumas mulheres que, graças ao seu mérito profissional e escolar, posicionam-se em lugares importantes da hierarquia social, integrando e participando activamente na melhoria do desenvolvimento do seu país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AFONSO, Maria Manuela, «Educação e Classes Sociais em Cabo Verde» in *África Debate*, nº 2, 2000/2001, Lisboa, ISCTE, pp. 119-130.

FRIEDMAN, J., *Empowerment – Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Celta Editora, Oeiras, 1996.

FURTADO, C., *Génese e (Re) Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*, Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, Praia, 1997.

GRASSI, M., *Rabidantes. Comércio Transnacional em Cabo Verde*, Imprensa das Ciências Sociais e Spleen Edições, Lisboa, 2003.

LOPES FILHO, J., *Ilha de São Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, II Volume, Edição: Secretaria-Geral, Ministério da Educação, Praia, 1996.

SILVEIRA, O., *Contribuições para a Construção da Democracia em Cabo Verde – Intervenções 2*, Mindelo, ed. Autor, 1998.

SALÚSTIO, D., «A Mulher no Quadro do Desenvolvimento Humano Sustentável – situação actual e perspectivas futuras», in *Projecto NLTPS «Cabo Verde 2020» II Fase: Construção da Base de Estudos*, Ministério da Coordenação Económica, Praia, 1996.

SOUSA, H. T., «Septuagésimo Aniversário do Liceu de São Vicente em Cabo Verde» in *Comemorações do 75º Aniversário da Criação do Liceu de Cabo Verde*, Ed. Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde, Lisboa, 1992.

TOLENTINO, A. C., *Universidade e Transformação Social Nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: o Caso de Cabo Verde*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2007.